

Economia Brasil
059
Reportagem 0288

LEITURA DINÂMICA

Os industriais já estão menos pessimistas. Com base na melhoria das vendas do comércio varejista em dezembro, eles deixaram de crer que janeiro será um mês tão negro como indicavam as primeiras estimativas. Agora, acreditam que os comerciantes serão obrigados a repor os esto-

ques, aumentando assim as encomendas às indústrias. E o governo já admite dar incentivos creditícios às empresas que não demitirem. Mas avisa que a política monetária não será alterada, porque continua acreditando na queda da inflação. Na página seguinte, o novo aperto das autoridades

econômicas contra os cartéis, os sonegadores e as empresas que abusarem dos reajustes dos preços: a legislação que passa a vigorar em 1991 prevê inclusive cadeia aos infratores. Veja também a elevação da alíquota do Finsocial, que em 90 dias passará de 1,2% para 2%.

Um janeiro menos duro, a nova expectativa.

MARONI J. DA SILVA

O anunciado "janeiro negro" poderá não se concretizar, embora os cenários para 1991 apontem para a recessão e o desemprego. Como as lojas venderam mais do que esperavam nos últimos dias de dezembro, diz o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Mário Amato, a indústria trabalha com a perspectiva de que o varejo terá que refazer seus estoques. Para Amato, ainda é difícil prever com que nível a indústria retornará às atividades depois das férias coletivas, mas setores como o de brinquedos, alimentos, eletroeletrônico e papel e celulose apostam numa melhora para os negócios.

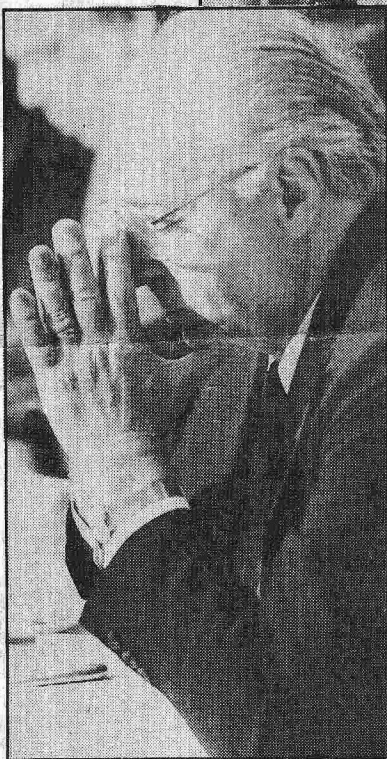
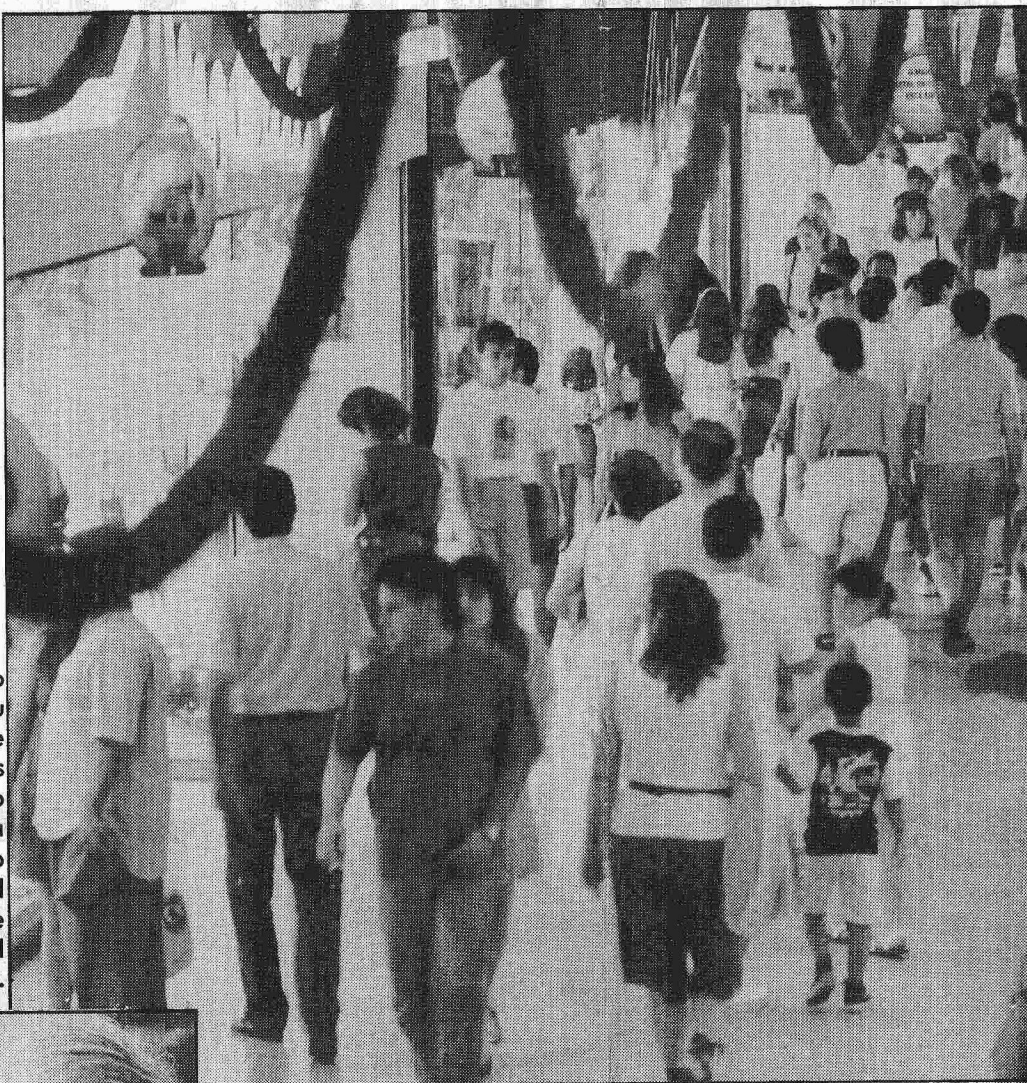
Ao concordar com as previsões de Amato, o empresário Sérgio Bergamini, diretor do Departamento de Economia da Fiesp e presidente da Indústria de Papel Independência, disse que o reaquecimento temporário da indústria dependerá do nível de estoques com que os lojistas vão trabalhar. Outro dado decisivo é a tradicional queda-de-braço entre os dois setores. O próprio Bergamini trabalha com um índice próprio de inflação, que variou 3% de novembro para dezembro, com o qual tenta balizar sua relação com clientes e fornecedores. Mas, com dinheiro na mão, reconhece Luiz Fernando Furlan, diretor da Sadia, o comércio terá melhores condições de barganhar preços. "A vantagem está do lado do comprador", afirma.

Pelos dados preliminares apurados pela Divisão de Estudos Econômicos da Federação do Comércio do Estado, as vendas no varejo, em dezembro, deverão apresentar uma queda de 3% sobre o faturamento de novembro, contra a previsão inicial de uma redução de 7%, projetada a partir do fraco movimento nas lojas nos primeiros dias do mês. No global, no entanto, observa o economista Oiram Corrêa, diretor da divisão, as vendas deste ano deverão ficar 11,7% abaixo de 89.

Repor estoques

A partir destes números, conforme as expectativas de alguns industriais, já é possível prever a reativação de pedidos que tinham sido suspensos e até cancelados, o que aliás já está acontecendo no setor de brinquedos, embora de forma lenta. Pelas estimativas da Fiesp, 1,4 milhão de trabalhadores estão em férias coletivas em São Paulo, o que representa 70% de toda a mão-de-obra empregada pela indústria de transformação no Estado. Esse número, hoje, é de cerca de dois milhões de pessoas, incluindo os 200 mil trabalhadores da indústria paulista que farão parte, em 1991, do exército de desempregados do período pós-Plano Collor.

O comércio se recuperou no final de dezembro, mas Mário Amato acha cedo para uma previsão sobre o nível da atividade industrial em janeiro.



Para Sérgio Bergamini, é possível que de fato a indústria recupere parcialmente o nível de atividade. Hoje, o ritmo da produção é determinado quase que exclusivamente por setores de consumo obrigatório, como alimentos, ou sazonal, como é o caso de bebidas. Mas não há nenhuma garantia, prevê o empresário, de que parte dos trabalhadores que deverão retornar ao emprego, em janeiro, não serão demitidos. É que o estoque médio da indústria paulista é de dois meses e qualquer reação do comércio favorecerá, de imediato, a desova desses estoques.

Ainda assim, o setor eletroeletrônico espera ser um dos beneficiados com a retomada das compras. Desde meados de dezembro a Associação Brasileira da Indústria Eletroeletrônica

(Abinee) trabalhava com a hipótese de que, depois das vendas de final de ano, as indústrias receberão novos pedidos. Esta previsão é reafirmada pelo diretor comercial da Climax e da Sanyo, Lourival Kiquila.

Pelas previsões do empresário, o comércio terá que repor seus estoques, principalmente com os produtos da linha eletrônica (televisores, vídeos, aparelhos de som e rádio). Na chamada linha branca (máquinas de lavar roupa, fogões, geladeiras e freezers), Kiquila imagina que poderá até faltar produto, pois os estoques da indústria não são grandes e o setor eletroeletrônico está em férias desde 14 de dezembro, devendo retornar ao trabalho somente no dia 7.

Bons resultados

O setor de alimentos, no entanto, está trabalhando a todo o vapor. A Sadia, por exemplo, deverá fechar 1990 com um aumento de 20% na produção física e com os mesmos 32 mil funcionários, informou Furlan. Mas para manter esse ritmo, a empresa foi obrigada a reduzir os preços e as margens de lucro, além de racionalizar a produção, buscando eficiência.

Na área da construção civil, as expectativas não são das melhores. Flávio Scaf, presidente da Edel, a terceira maior construtora de São Paulo, com 12 prédios em andamento, prevê que janeiro e fevereiro serão de muito aperto. O principal argu-

mento de Scaf é a impossibilidade das construtoras continuarem financiando imóveis por prazo de cinco anos, que o mercado acabou fixando como única alternativa para vender.

Os empresários também estão preocupados com a inflação. Mário Amato considera a taxa de dezembro "preocupante", embora acredite num índice mais baixo em janeiro. Outra agravante, no entender de Furlan, é o comportamento do governo em relação aos impostos e às tarifas públicas. "Só em novembro as tarifas de energia elétrica subiram 40%", observa. Furlan classifica o Finsocial de "imposto burro", pois incide sobre o faturamento, penalizando as empresas que não deixam de emitir nota fiscal, ao contrário dos sonegadores.

No geral, no entanto, a indústria não deve esperar nenhum milagre decorrente do faturamento do comércio, avalia o economista Antônio Lanzana, professor de Economia da USP. O máximo que poderá acontecer, diz ele, "é que as expectativas catastróficas não se confirmem". Se o governo mantiver o aperto monetário como estratégia antiinflacionária, resistindo às pressões da sociedade civil contra a recessão, justifica Lanzana, 1991 será mais um ano de desaceleração da economia. Lanzana afirma, inclusive, que diante da resistência da inflação, depois dos 19,39% de dezembro, o governo terá que aumentar ainda mais o arrocho.

Demissões: Amato sugere menos aperto e não incentivos.

Ao invés de conceder incentivos às empresas que se comprometerem a não demitir, o melhor e o mais fácil seria o governo rever sua política recessiva, para que através da economia de mercado fosse possível recontratar os trabalhadores dispensados. Foi o que sugeriu ontem o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Mário Amato, depois de tomar conhecimento dos estudos que o governo está realizando para tentar frear o ritmo das demissões, conforme anunciou o ministro da Justiça, Jarbas Passarinho.

Passarinho, menos de 24 horas após o anúncio da inflação de dezembro - 19,39% -, disse, em Brasília, que a principal preocupação do governo, agora, é a de manter o nível de emprego. Segundo ele, as empresas que se comprometerem a não demitir, poderão contar com estímulos que vão desde a abertura de empréstimos até a concessão de incentivos fiscais. O ministro garantiu também a retomada das conversações em torno do entendimento nacional.

Para Mário Amato, seja qual for o incentivo, tudo vai depender da política monetária. "Se houver mais arrocho, vai haver mais desemprego". O que preocupa os

empresários, além da inflação que não cai, segundo o presidente da Fiesp, é não ter clareza sobre os cenários futuros. Tudo vai depender, na opinião de Amato, da maneira que o governo conduzir a política monetária. O presidente da Fiesp fez questão de reafirmar que o governo não pode, de fato, retroceder em sua estratégia de combate à inflação, mas defendeu uma dosagem no processo recessivo, de forma que os efeitos sociais, principalmente as demissões, possam ser reduzidos de imediato.

Já o empresário Lourival Kiquila, diretor comercial da Climax e da Sanyo, disse que, ao optar pela recessão, o governo deveria ter criado um seguro-desemprego mais condizente com as necessidades dos trabalhadores. Nenhuma empresa, diz ele, concordaria em aumentar seu endividamento, aceitando empréstimos, sem saber, com clareza, as perspectivas futuras da economia.

Pelo raciocínio de Kiquila, não há como as empresas manter seus quadros de pessoal se o mercado não tiver condições de adquirir os produtos em oferta. Na conjuntura atual, observa, só haveria uma condição para que não houvesse demissões: "O governo assumir o pagamento da folha de salários".

Empresários ainda defendem o pacto nacional

O entendimento nacional entre governo, empresários e trabalhadores é fundamental para amenizar os efeitos da recessão e da política econômica no próximo ano, segundo avaliação de empresários de 23 federações de indústria de todo o País. A Confederação Nacional da Indústria (CNI), que reúne as federações estaduais, sugere que as três partes negociem, no âmbito do pacto social, uma política de rendas para evitar a possibilidade de ocorrer uma aceleração do processo inflacionário, caso seja generalizada a indexação de preços e salários.

"Para obter legitimidade e adesão dos agentes econômicos, o entendimento deve conter um programa mínimo de reformas constitucionais básicas para se constituir em ponto de partida", afirmam os empresários, no documento intitulado "Perspectivas para o ano de 1991". As reformas constitucionais, acrescentam, devem ter como principais objetivos a garantia do funcionamento estável da economia, mediante eliminação das restrições ao equilíbrio financeiro de longo prazo do setor público, e reformas moder-

nas de aperfeiçoamento das relações capital e trabalho. Nesse item, a mudança mais comentada é a introdução de leis que garantam a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados financeiros das empresas.

A formulação da política de rendas, conforme os empresários, é fundamental para que dêem bons resultados as políticas fiscal e monetária: "Quanto mais inflexíveis se mostrarem os preços e salários, mais longos e custosos serão os efeitos desse processo de ajuste da economia. Na ausência de flexibilidade de preços, cada tentativa de mudança na estrutura de preços relativos se transforma em novo foco inflacionário".

A inflação poderá aumentar se, juntamente com a indexação de preços e salários ocorrer um "afrouxamento da política monetária", aliado a choques de ofertas, ou seja, diminuição do volume de produtos para consumo. Caso o governo controle esses três fatores, os empresários acreditam que o processo recessivo em curso poderá propiciar a redução gradual nas taxas de inflação.

Helena Daltro/AE.